

Entrevista de Santo Cruz Mariano Clemente



191

• Revista
mosaico

Concedida a:

**Bianca Luiza Freire
de Castro França¹
Luiz Paulo da Silva
Braga²
Rachel Pereira
Neves³
Vitor Hugo Haidar
da Silva⁴**

Santo Cruz Mariano Clemente (Pu'cüracü, nome indígena) é formado como professor rural pelo projeto Rondon da Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1979) e graduado em Antropologia, Sociologia e Filosofia pela Universidade do Estado do Amazonas (2010). Em 1982, entrou no Movimento Indígena junto com os professores e os Capitães das Aldeias Ticuna. É um dos sobreviventes do Massacre do Capacete (28 de março de 1988), atentado praticado por posseiros e madeireiros, que vitimou vários indígenas Ticuna. Entre os anos de 2000 e 2001, concluiu o curso de Magistério Indígena. Trabalhou na Educação durante 38 anos sempre defendendo os direitos indígenas, a preservação da cultura e do meio ambiente e a luta contra a discriminação. Entre 2015 e 2016 assumiu o cargo de Coordenador Técnico Local de Benjamin Constant (AM), como funcionário público Federal na FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Atualmente, é diretor do Museu Magüta, desde abril de 2018.

“Quando a gente Magüta desaparecer, o mundo inteiro irá se acabar”⁵⁶

Nesta 22ª edição da MOSAICO, o novo dossiê propõe uma reflexão decolonial para o marco dos 200 anos da Independência do Brasil e do centenário da Semana de Arte Moderna de 1922, nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Nessa perspectiva, convidamos o professor bilíngue⁵⁷ e indígena da etnia Ticuna, Santo Cruz Mariano Clemente, atual diretor do Museu Magüta, primeiro museu indígena inaugurado no Brasil, para nos ajudar a refletir: somos, de fato, independentes ou apenas uma etnia, credo, sexualidade e classe econômica é livre no Brasil? Afinal, o que temos a comemorar?

A partir de algumas questões sobre sua trajetória e a história de seu povo, Santo Cruz é a voz indígena a qual iremos dar ressonância no nosso dossiê. Essa é a primeira entrevista de um professor indígena para a revista discente dos alunos da Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas. Com isso, esperamos colaborar, de alguma forma, para o processo de reparação histórica aos povos silenciados em diversas áreas da vida social, nesses 200 anos de Independência e 522 anos de Brasil⁵⁸.

Ocupando a fronteira entre o Brasil, o Peru e o Trapézio Amazônico, na Colômbia, os Ticuna são atualmente o povo indígena mais numeroso da região amazônica brasileira. Historicamente, eles estiveram envolvidos em contatos marcados pelo conflito e a violência na região do rio Solimões, tanto com outros povos indígenas, como com seringueiros, madeireiros e pescadores (SOARES, 2008). Hoje, o principal desafio dos Ticunas é a garantia de sua sustentabilidade, tanto econômica como ambiental, além de acesso a direitos humanos básicos, como a Educação.

⁵⁶ Dito popular entre os membros mais antigos do povo Ticuna.

⁵⁷ Português é a segunda língua de Santo Cruz, sua língua materna é a língua ticuna, falada por aproximadamente 40 mil pessoas na tríplice fronteira: Brasil, Peru e Colômbia. Os Ticuna são a maior etnia do Brasil, segundo censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2010, ano em que foi contada a população indígena e etnias do Brasil, são 46.045 pessoas.

⁵⁸ Admitindo os perigos de se constituir o outro e o subalterno apenas como objetos de conhecimento por parte de intelectuais que almejam meramente falar pelo outro. E fazendo a crítica sobre nosso papel de cumplicidade nesse processo de subalternização, refletindo sobre nossos lugares de fala e possibilidade de teorização, como indica Spivak (2010).

Nesse sentido, em um depoimento no qual recupera parte de sua experiência e trajetória política no Movimento Indígena, as falas de Clemente nos convidam a refletir sobre a questão identitária como uma chave de leitura dos mecanismos de luta e de sobrevivência dos Ticunas no Brasil contemporâneo. Além disso, processos e negociações correlatos emergem ao longo da entrevista, como as redes de relações entre os próprios Ticunas e entre os Ticunas e outros sujeitos, grupos de sujeitos e instituição não-indígenas, em sua busca pelo reconhecimento de seu lugar em uma sociedade plural no país.

Os desafios enfrentados pelos Ticuna se apresentaram a nós, entrevistadores e entrevistado, de maneira categórica ao longo do desenvolvimento da entrevista, que estava prevista para acontecer remotamente, on-line. Contudo, o período de chuvas na região dificultou o acesso de Clemente à internet estável, realizado somente em locais específicos da cidade, cujo acesso é dificultado pelas cheias do Alto Solimões. Contornar este desafio nos colocou diante de problemas reais enfrentados pelas populações indígenas que vivem em regiões remotas do Brasil, notadamente a dificuldade de acesso à informação e a exclusão digital e todas as suas implicações.



Por meio da contribuição de Clemente, esperamos colaborar para que, a partir de um recorte específico, possamos adentrar no universo indígena brasileiro com o objetivo de lançar luz, horizontalmente, sobre as demandas e dinâmicas de funcionamento da vida desses povos. Que a luta e a identidade ticunas possam ser celebradas nesses 200 anos de Brasil independente, por meio da valorização de seus processos de autoafirmação, repleto de nuances e diferentes formatações.

Figura 1 – Rio Solimões.

Fonte: Acervo pessoal de Bianca França.
Fotografia de Mendison Agostinho, 2021.

Revista Mosaico (RM): Professor Santo Cruz, poderia falar um pouco sobre sua trajetória? Apresentar-se para os leitores?

Santo Cruz (SC): Eu sou Santo Cruz Mariano Clemente, professor indígena da etnia Ticuna. Falando um pouco da minha trajetória, desde 1980, comecei a atuar como educador, trabalhando na minha comunidade, junto com as crianças Ticunas. A minha comunidade chama-se Lauro Sodré e pertence ao município de Benjamin Constant (AM). Entrei na área de educação e para isso tive que me preparar como educador, para poder trabalhar. Naquela época, tinha um projeto da Universidade do Rio Grande do Sul, há quinze anos instalado no município de Benjamin Constant (AM). Então me formei lá, na área do magistério, mas já trabalhava com educação. Um pouco depois, formamos uma organização chamada OGPTB (Organização Geral dos Professores Ticunas Bilíngues), que começou em 1983. Eu me reunia com os professores para falar sobre educação. Ali, mais tarde, eu participei de muitos cursos de formação em magistério indígena. Depois, a organização firmou um convênio com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) para formar professores (licenciaturas indígenas), por meio do qual eu me graduei nas áreas de antropologia, filosofia e sociologia. Então, me formei como educador nessas três áreas, mas minha trajetória é muito grande. Estou falando um pouco aí, estou reduzindo... eu comecei a entrar na educação indígena e na educação como um todo representando a comunidade, juntamente ao município. Essa é um pouco de minha trajetória.

RM: Poderia falar um pouco sobre seu trabalho como professor bilíngue?

SC: Como professor bilíngue, eu posso atuar em língua portuguesa e na língua materna, nossa língua, que é a língua ticuna. É muito importante no meu trabalho falar primeiro a língua materna. Quando eu trabalhei na sala de aula com as crianças, de até 14 anos... de sete a 14 anos, eu ensinava a língua materna, primeiro a escrita da língua materna e depois o português. Essa é a importância do professor bilíngue. Trabalhamos com duas línguas e isso é muito importante, porque, desse modo, a criança vai saber escrever na língua materna e também, depois em português. Esse é o trabalho do professor bilíngue: ensinar, não somente a língua, mas as histórias, as tradições dos nossos ancestrais e o modo de viver,

isso as crianças têm que saber...

RM: Poderia falar sobre o Museu Magüta⁵⁹? Qual a história do museu, o que o senhor faz lá e qual a importância dele?

SC: A história do Museu Magüta começou primeiramente com as lideranças. Na época, na década de 1970, aqui na região do Alto Solimões, os madeireiros e os fazendeiros, discriminavam muito o povo Ticuna. Então, nesse momento, nós não tínhamos nada ainda, não tinha escola na comunidade, não tinha professor, não tinha nada. As lideranças pensaram, juntamente com os professores e agentes de saúde, que estavam começando a fazer um movimento. Este movimento foi das lideranças juntamente com as pessoas que também apoiavam. Foi a junção das lideranças com os caciques, começou dessa forma. Tivemos muitas reuniões nas várias comunidades, em vários municípios de Benjamin Constant: Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá e Santo Antônio do Içá. Mais tarde, aqui em Benjamin Constant, foi instalado um local, onde as lideranças poderiam se juntar. Foi conquistado este local através dos apoiadores, entre eles o professor João Pacheco de Oliveira⁶⁰. Ele apoiou as lideranças desde o princípio, e também a igreja católica com a OPAN (Operação Amazônia Nativa) e o CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Depois que as lideranças tiveram suas conquistas como a demarcação de terras, saúde e educação, diminuiu um pouco a discriminação dos nossos amigos dessa região. Mais tarde, depois das conquistas, a casa se tornou o museu. Então deram o nome de Museu Magüta, o museu do povo Magüta, o museu do povo pescado. Magüta significa “o povo pescado”. Hoje o museu é onde está a memória do povo Ticuna.

⁵⁹ O Museu Magüta foi um dos primeiros museus indígenas fundados no Brasil, em 1991, por lideranças ticuna e contando com o apoio da equipe de pesquisa do Museu Nacional. O museu constitui um dos principais instrumentos de difusão e reconhecimento da cultura Ticuna na região amazônica, é destinado à promoção e preservação da cultura indígena Ticuna e está situado na cidade de Benjamin Constant, na confluência dos rios Javari e Solimões e na tríplice fronteira Brasil, Peru e Colômbia. Para saber mais: PACHECO DE OLIVEIRA, 2012b.

⁶⁰ João Pacheco de Oliveira é antropólogo e Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Fez pesquisa de campo prolongada com os índios Ticuna, do Alto Solimões (Amazônia), da qual resultou sua dissertação de mestrado (UNB, 1977) e sua tese de doutoramento (PPGAS, 1986), publicada em 1988. Realizou também pesquisas sobre políticas públicas, coordenando um amplo projeto de monitoramento das terras indígenas no Brasil (1986-1994), com apoio da Fundação Ford, projeto que resultou em muitos trabalhos analíticos, coletâneas e atlas. Para mais informações: <http://jpoantropologia.com.br/pt/apresentacao/>



Figura 2 - Museu Magüta.
Fonte: Acervo pessoal de Santo Cruz, 2022.



Figura 3 - Santo Cruz com o acervo de máscaras da Festa da Moça Nova e manequim representando a vestimenta ritual da moça, no Museu Magüta.
Fonte: Acervo pessoal de Santo Cruz, 2022.

RM: Qual a história recente da organização dos povos Ticuna?

SC: Na nossa organização, primeiramente, foi criado o CGTT (Conselho Geral da Tribo Ticuna) e depois foi criada a OGPTB, a FOCCIT (Federação de Organizações, Caciques e Conselhos Indígenas Ticuna) e depois foi criado o CGEN (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético). Tem outras organizações menores, mas as maiores são essas daqui. A CGTT, a FOCCIT, a OGPTB e a CESP (Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário). Recentemente foi criado o Instituto Morita, de Santo Antônio do Içá, nossos parentes de lá. Todas essas organizações, acompanham o mesmo movimento, e tem a assembleia geral em que todas essas organizações estão presentes para lutar por um objetivo. É desta forma que hoje está organizado o povo Ticuna, para a gente lutar e defender os nossos direitos à saúde, à educação e ao desenvolvimento dos nossos territórios também.

RM: Como é a relação entre os povos Ticunas e as demais etnias do Amazonas, do Alto Solimões? Elas se restringem ao Brasil ou há contatos com povos de outros países?

SC: Sobre a relação entre os povos Ticunas e as demais etnias... olha, na atualidade, a relação com os povos do Alto Solimões é uma relação de parceria muito forte, lutando juntos pelos direitos dos povos indígenas sobre o território, o meio ambiente, a saúde, a educação e a sustentabilidade. Hoje, nós trabalhamos unidos, dentro do movimento indígena. Não apenas no movimento do Amazonas, do Alto Solimões, mas em geral, com povos indígenas de outras regiões. Nós temos relações com países vizinhos, por exemplo, com povos da Colômbia e do Peru. Temos contato com indígenas colombianos, Kokamas, Uitotos, Boras e Miranhas, temos relação sim, aqui na proximidade da fronteira. Isso sim, nós estamos juntando estes parentes para nós fazermos também a luta dos povos indígenas e tudo que nós necessitamos, nós do Brasil e eles da Colômbia e do Peru.



Figura 4 - Mapa da Tríplice Fronteira: Brasil, Colômbia e Peru.

Fonte: Portal Barrancas. Disponível em: <https://images.app.goo.gl/CeP344FaW7mqhqeE8>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

RM: Como é a relação entre os Ticunas e o Estado brasileiro antes de 1988 e depois?

SC: A relação hoje dos Ticunas com o Estado brasileiro antes de 1988 era muito discriminatória. Claro que nós fazíamos negócios, compras e vendas, mas a sociedade envolvente⁶¹, claro, tinha um olhar inferior. Esse que era o olhar antes de 1988. Era muita discriminação, principalmente por parte dos fazendeiros, dos madeireiros e dos posseiros. Então, depois de 1988, nós tivemos melhorias, juntamente com o Estado brasileiro, mais reconhecimento. Nós, povo Ticuna e demais povos indígenas, somos cidadãos também... com um pouco de reconhecimento, escola e informação, tem melhorado bastante essa relação entre a sociedade brasileira (envolvente), depois da Constituição de 1988. Mas também nós buscamos melhoramentos cada vez mais, juntamente com nossos parceiros. Temos mais reconhecimento como cidadãos e somos respeitados. Já tem várias pessoas, várias autoridades que reconhecem, que apoiam, como alguns prefeitos, alguns deputados, vereadores, alguns senadores, então, a gente já tem melhorado um

⁶¹ Espaço de objetivação radical da racionalidade hegemônica, constituído como *locus* dos centros de poder econômico, político e simbólico. A cidade constitui-se enquanto espaço estratégico da explicitação/visibilidade das lutas/ conflitos sociais, de denúncias, espaço de diálogos e alianças de lutas, de problematizações do mundo e da disputa de imaginários. Para saber mais, ver em: MARACCI, 2020.

pouco. Mas ainda falta mais, tem que melhorar mais. Não é que nós saímos da discriminação, nós somos discriminados ainda, mas, por isso, nós queremos que melhore mais.

RM: De acordo com o Atlas Mundial das Línguas elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) cerca de 90% das línguas indígenas brasileiras já foram extintas. A língua Ticuna está ameaçada pela proximidade com as cidades ou pela convivência com falantes de outras línguas no território Ticuna?

SC: Sobre a nossa língua materna, hoje é imposta a educação, a cultura, a ciência (não indígena) ... então, várias línguas foram extintas. A nossa língua ticuna, hoje, já é um pouco ameaçada, porque nós moramos nas cidades, temos convivência com a sociedade branca, que não fala a língua ticuna. A nossa linguagem é forte ainda. Eu penso que são poucas pessoas, poucas famílias que não querem falar a língua ticuna, mas a maioria, talvez 95% ainda queiram. É forte a nossa língua. Ela vai prevalecer, vai permanecer para o futuro. Não será extinta porque é nossa língua, nossa mãe, não pode ser exterminada. Temos que continuar a falar nossa língua, falar também a língua portuguesa... nós até podemos falar outra língua, mas temos que manter a nossa forma de falar, porque é nossa história e nossa tradição.

RM: O Sr. Considera que a lógica de unificação (homogeneização) cultural promovida pelo Estado nas escolas municipais indígenas da região enfraquece a transmissão de práticas culturais tradicionais dos Ticunas? Acredita que esse movimento do Estado tem o objetivo de silenciar a população nativa?

SC: Penso que toda a cultura branca que está sendo imposta em nossas comunidades, nós adquirimos estes conhecimentos também. Mas ela não pode atingir de forma que o Estado brasileiro faça silenciar nossa cultura e nosso modo de viver. Claro, nós podemos adquirir este conhecimento da cultura branca, nós os Ticuna podemos fazer uma interculturalidade⁶² mas não podemos deixar nossa

⁶² Fenômeno que acontece quando duas ou mais culturas entram em interação de forma horizontal. Ou seja, nenhum grupo e sua cultura se sobressaem em relação aos outros, favorecendo a integração e convivência entre as pessoas (CANCLINI, 2004).

cultura sumir. Não podemos deixar ela ficar em silêncio, nós não vamos querer o silêncio. E, muitas das vezes, na visão da sociedade, (ela não respeita nossa cultura) ... por isso, nós temos que trabalhar o reconhecimento, que o Estado brasileiro reconheça o nosso trabalho, nossa educação, nosso direito à saúde e a nossa tradição. É isso que nós pretendemos e não podemos silenciar.

RM: Para encerrar, gostaríamos de pedir que o senhor deixasse uma mensagem para todos os leitores da Revista Mosaico.

200

SC: Gostaria de dizer para os leitores que nós, povos indígenas, queremos ser reconhecidos e respeitados, queremos ser considerados pessoas humanas⁶³. Sentimos fome, sede, precisamos de reconhecimento das autoridades e que nos respeitem. Porque somos também cidadãos, temos uma história, temos uma língua e temos uma tradição. Esta tradição que nós temos é uma cultura do Brasil, uma tradição do Brasil, porque nós somos um povo do Brasil. Então, esta é a mensagem aos leitores: que sempre nos reconheçam, que nos tratem com carinho, e que as autoridades nos respeitem e respeitem nossos territórios. Meu muito obrigado e que Deus nos abençoe⁶⁴.

Entrevista realizada em 10 de julho de 2022

Referências

⁶³ Pessoas humanas, termo jurídico conforme a Constituição Federal de 1988: o princípio da **dignidade da pessoa humana** se refere à garantia das necessidades vitais de cada indivíduo, ou seja, um valor intrínseco como um todo. É um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, nos termos do artigo 1º, III da **Constituição Federal**, sendo fundamento basilar da República.

⁶⁴ Muitos indígenas na região do Alto Solimões são convertidos ao cristianismo, seja a vertente protestante ou católica. Durante a década de 1970, surgiu na região a Irmandade da Santa Cruz, um movimento messiânico liderado pelo Irmão José, ou José Francisco da Cruz, que anunciava a proximidade do fim do mundo e a salvação para aqueles que se reunissem em torno das cruzes que fincava nas localidades da beira do Solimões. O sucesso, entre os Ticuna, da palavra do Irmão José foi imediato, com um afluxo intenso de indígenas para a beira do Solimões, aumentando consideravelmente a população de alguns aldeamentos. Os funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai), que na década de 1970 já substituíra o antigo SPI (Serviço de Proteção aos Índios), perceberam a utilidade do movimento messiânico como um catalisador do projeto de integração indígena e passaram a apoiar as lideranças ligadas ao movimento (FRANÇA, 2020).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 de junho de 2022.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguales y desconectados**: mapas de la interculturalidade. Barcelona: Gedisa, 2004. Disponível em: <https://oibc.oei.es/uploads/attachments/123/garcia-canclini-nestor-diferentes-desiguales-y-desconectados-mapas-de-la-interculturalidad.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2022

FRANÇA, Bianca Luiza Freire de Castro. **Mil Peças**: coleções Ticuna do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Museu Nacional, Setor de Etnologia e Etnografia, 2020. Disponível em: https://www.museunacional.ufrj.br/see/docs/publicacoes/mil_pecas.pdf. Acesso em: 15 de junho de 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&view=noticia>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

MARACCI, Marilda Teles. A luta indígena e a cidade: a sociedade envolvente. **Geografares**, [S. l.], n. 6, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1022>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. **Rü Aü I Tinagü Arü Wu'i: A lágrima Ticuna é uma só**. Alto Solimões (AM): Museu Magüta, 1988. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1whSRBm8D8mxgrF9exi286SFKz1Agr8AB/view>. Acesso em: 15 de junho de 2022.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. A refundação do Museu Magüta: etnografia de um protagonismo indígena. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (orgs.). **Coleções e colecionadores**: A polissemia das práticas. Vol. 1 Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012b. p. 201-218. Disponível em: http://jpoantropologia.com.br/pt/wp-content/uploads/2018/06/refundacao_maguta_JPO.pdf. Acesso em: 15 de junho de 2022.

SOARES, Marília Facó. **Ticuna**. Instituto Socio Ambiental. Povos Indígenas do Brasil, 2008. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ticuna>. Acesso em: 24 de junho de 2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Sobre os entrevistadores

Entrevista de Santo Cruz Mariano Clemente

¹Doutorado em História, Política e Bens Culturais (2021 –) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC). E-mail: bianca.castro.franca@gmail.com.

²Doutorado História, Política e Bens Culturais (2020 –) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC). E-mail: luizbragarj@gmail.com.

³Mestrado História, Política e Bens Culturais (2022 –) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC). E-mail: rachelgpn@yahoo.com.br.

⁴Doutorado História, Política e Bens Culturais (2022 –) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC). E-mail: vitorhaidar@gmail.com.